

Este número da Cadernos Cenpec traz um especial sobre a pesquisa “Políticas para o ensino médio: os casos de quatro estados”, realizada pelo Cenpec com o apoio da Fundação Tide Setubal nos estados do Ceará, Goiás, Pernambuco e São Paulo. Desenvolvida entre 2015 e 2016, a investigação teve como objetivo descrever e analisar políticas implantadas por distintos estados brasileiros para o ensino médio, bem como o modo pelo qual escolas situadas em territórios socialmente vulneráveis respondem aos desafios e às possibilidades colocados por essas políticas.

A publicação é oportuna no atual momento vivido pelo país, com o ensino médio no centro dos debates sobre educação devido à promulgação, em fevereiro de 2017, da Lei nº 13.415, que promove alterações na estrutura desta etapa da educação básica. Esperamos que o conjunto de textos aqui publicados possa contribuir com elementos para sua discussão na medida em que descrevem e analisam políticas para o ensino médio dos quatro estados em questão. O principal subsídio, em nossa opinião, é referente ao achado de pesquisa que mostra que há uma forte associação entre a diversificação da matrícula de período integral e parcial e a estratificação social.

Os três primeiros artigos são de autoria da equipe responsável pela análise integrativa dos dados. Os oito textos seguintes são assinados pelas equipes de pesquisadores locais, constituídas em cada um dos estados para a condução da investigação. Mantidos os objetivos gerais da pesquisa e o quadro teórico mais geral, as equipes locais gozaram de autonomia para estabelecer linhas de investigação próprias, bem como sustentar as próprias conclusões na análise das particularidades das políticas da unidade da federação que estudaram.

Em “Políticas para o ensino médio: o caso de quatro estados”, Antônio Augusto Gomes Batista, Paula Reis Kasmirski, Joana Buarque de Gusmão, Sofia Lerche Vieira, Eloísa Maia Vidal e Hivy Damásio Mello sistematizam os principais achados da pesquisa no que concerne a um modelo comum de políticas públicas educacionais que permeia os quatro estados estudados. Os autores empreendem também uma análise das consequências das políticas para a melhoria dos indicadores educacionais e para a ampliação ou redução de desigualdades escolares e sociais. A análise mostra, entre outros resultados, que a diversificação da oferta em períodos integral e parcial (diurno e noturno) tende a favorecer a influência de desigualdades sociais, transformando-as em desigualdades escolares.

Sofia Lerche Vieira, Eloísa Maia Vidal, Pâmela Félix Freitas e Antônio Augusto Gomes Batista assinam “Reações das políticas educacionais estaduais nas escolas: um estudo de caso em escolas do Ceará, Goiás, Pernambuco e São Paulo”, que apresenta as conclusões sobre as reações das escolas às políticas implementadas nos estados. Os dados analisados foram colhidos em entrevistas realizadas nas escolas junto a diretores, coordenadores pedagógicos, professores e alunos. O trabalho mostra que a diversificação das condições da oferta de ensino médio intensificou condições desiguais de atendimento, evidenciando a necessidade de políticas orientadas para a promoção da equidade.

Contribuir para uma maior compreensão e enfrentamento dos problemas e desafios encontrados pelos jovens na sua relação com a escola e com o saber, em particular em territórios mais vulneráveis, é o objetivo do artigo de Pâmela Félix Freitas, Antônio Augusto Gomes Batista e Hivy Damásio Mello: “Juventude(s) e ensino médio: relação dos estudantes com a escola e com o saber em territórios de vulnerabilidade social”. Com dados coletados junto a estudantes da 2ª série do ensino médio de 24 escolas dos estados mencionados, foi identificado o perfil dos alunos dos períodos parcial e integral e a maneira como a diferenciação das oportunidades educacionais afeta a relação dos jovens com a escola e com o saber.

“Ensino médio no Ceará: igualdade versus qualidade na implementação do direito à educação”, de Sofia Lerche Vieira e Eloísa Maia Vidal, é o primeiro dos artigos que compartilham os principais resultados dos estudos desenvolvidos nos estados. Entre os principais achados apontados estão a forte presença da avaliação de larga escala e a diversificação da oferta escolar em escolas com condições de ensino-aprendizagem diferenciadas, conduzindo a uma situação que tem contribuído para uma diversificação da oferta marcada por iniquidade.

Os resultados de Goiás são apresentados por Eliana Maria França Carneiro e Maria Teresa Lousa da Fonseca em “Ensino médio público em Goiás, currículo e diversificação de escolas”. O foco está na política educacional do estado e o modo como escolas com bons resultados localizadas em territórios de alta vulnerabilidade reagem a essa política. Os principais aspectos identificados são a diversificação da rede de escolas, a adoção de um currículo oficial único e, por meio dele, o desenvolvimento de um modelo gerencial e de controle das práticas escolares.

Ruy Mello Neto, Hugo Augusto Medeiros, Fernanda Maria Mello, Flávia Manuella de Oliveira, Maria Helena Lira e Fábio Paiva, em “Ensino médio na rede estadual de Pernambuco: educação integral e pacto de gestão por resultados”, buscam analisar as políticas públicas de ensino médio da Secretaria de Educação de Pernambuco tendo em vista o papel que elas podem exercer para melhorar a qualidade da educação e reduzir inequidades educacionais. São apontados dois elementos centrais dessas políticas: a educação integral e a gestão por resultados.

As políticas paulistas são o objeto de “Ensino médio, educação profissional e desigualdades socioespaciais no estado de São Paulo”, de Marta Wolak Grosbaum e Ana Maria Falsarella. O estudo teve a seguinte pergunta de pesquisa: há escolas de ensino médio que, apesar de localizadas em territórios de alta vulnerabilidade social e econômica, alcançam bons resultados? São apontados fatores que foram identificados como relacionados a bons resultados.

Os quatro textos seguintes, assim como os quatro anteriores, foram elaborados pelas equipes de pesquisadores locais, desta vez, porém, com análises temáticas direcionadas aos quatro estados constituintes da pesquisa. A avaliação é o tema de “Contextos, políticas e resultados de avaliação no ensino médio: um estudo em quatro estados brasileiros”, de Sofia Lerche Vieira, Eloísa Maia Vidal e Willana Nogueira M. Galvão. O artigo discute as políticas de avaliação de larga escala nacionais e estaduais nos estados em questão e explora suas repercussões em escolas de ensino médio com bons resultados, localizadas em territórios socioespaciais vulneráveis.

Eliana Maria França Carneiro e Maria Teresa Lousa da Fonseca, em “Desempenho de escolas de ensino médio em territórios vulneráveis”, discutem os resultados de avaliações externas de escolas estaduais situadas em três tipos de municípios: regiões metropolitanas, cidades médias e municípios de alta ruralidade. O texto buscou compreender como essas escolas e seus atores respondem aos desafios e oportunidades dados pelas condições dos territórios (entendidos a partir dos tipos de municípios) e pelas políticas educacionais.

“Ensino médio: uma escola de qualidade para todos e para cada um?” é o artigo de Ruy Mello Neto, Hugo Augusto Medeiros, Maria Helena Lira, Fernanda Maria Mello, Fábio Paiva e Flávia Manuella de Oliveira que tem como objetivo discutir a tipologia escolar e a diversidade de oferta do ensino médio nos quatro estados, tendo em vista a relação entre a política pública de oferta

escolar e as inequidades educacionais. A conclusão é que, de maneira geral, existe forte correlação entre a oferta escolar, a situação de vulnerabilidade social e as escolhas dos jovens, de acordo com o tipo de ensino médio oferecido (propedêutico e profissional), a tipologia escolar (diferentes jornadas escolares) e as distinções entre os turnos diurno e noturno.

Marta Wolak Grosbaum e Ana Maria Falsarella assinam “Condição jovem: juventude e ensino médio no Brasil”, que traça um quadro teórico sobre juventude e ensino médio para analisar o discurso dos estudantes sobre escola, juventude e futuro. A conclusão principal é que o jovem interpreta as influências culturais e sociais à luz dos valores dos grupos aos quais pertence.

Na seção Tradução, “Funções, estruturação e evolução das crenças (e conhecimentos) dos professores”, de Marcel Crahay, Philippe Wanlin, Élisabeth Issaieva e Isabelle Laduron – pesquisadores da Universidade de Genebra –, sintetiza as principais contribuições dos estudos sobre crenças e conhecimentos dos professores, temáticas relacionadas à formação docente. Busca-se investigar se as crenças e conhecimentos dos professores evoluem, de que maneira e em quais condições. Constata-se a dificuldade da evolução das crenças dos professores. Espera-se que o texto possa colaborar com a realização de pesquisas sobre crenças no país – sabendo-se de sua importância em ações de formação de professores.

Maurício Holanda Maia é o entrevistado deste número. Primeiro como secretário de Educação do Município de Sobral e em seguida como secretário-adjunto e secretário de Educação do Estado do Ceará, Maurício Holanda Maia integrou a equipe que esteve à frente das principais políticas públicas educacionais implementadas nos últimos 15 anos no Ceará, estado que vem desde então figurando na mídia e sendo pauta de estudos e pesquisas devido à evolução de seus indicadores de educação. Na entrevista concedida, Maurício falou sobre o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) e outras ações desenvolvidas no estado, além de discorrer sobre assuntos como avaliação externa, política curricular, ensino profissional, formação e valorização docente, Enem e também sobre a Medida Provisória (MP) 746/2016, que reformula o ensino médio.

Boa leitura!

Joana Buarque